

Novo Hamburgo, 11 de outubro de 2016.

SENHORES GOVERNANTES: É PRECISO APROVAR O TETO DE GASTOS PARA O GOVERNO, MAS NÃO ESQUEÇAM DA PREVIDÊNCIA

Nesta semana iniciou-se a votação da Proposta de Emenda Constitucional 241, mais conhecida como PEC 241. É a primeira vitória de grande repercussão que se desenha no novo Governo Temer. E é uma iniciativa necessária antes de tudo, pois sem o estabelecimento de um limite para as despesas governamentais atrelado à variação inflacionária do nível de preços do ano anterior, não há um ponto de partida para estancarmos a sangria crescente dos gastos do Governo.

Portanto, é elogiável que o Governo Temer busque aprovar a PEC 241, especialmente se considerarmos que o crescimento da dívida do governo federal vem se expandindo de forma assustadora e que desde o ano de 2014 o Governo vem arrecadando menos do que gasta, mesmo sem contar com o impacto do pagamento de juros da dívida pública. Se seguirmos nessa balada, até o ano de 2018 serão cinco anos seguidos com déficit primário, o que pode fazer a dívida pública chegar a 90% do Produto Interno Bruto em 2021.

Essa lição é de domínio e conhecimento de todos que enfrentam de forma responsável a programação de seus gastos pessoais em função de seus ganhos e poupança.

No entanto, há despesas que seguem crescendo independentemente da vontade do Governo.

E a principal delas é a Previdência.

Considerando que o Governo não ultrapasse os reajustes acima dos índices inflacionários, os gastos com a Previdência costumam crescer na ordem de 3% a 4% ao ano – acima da inflação. E a razão principal é que mais pessoas estão se aposentando, numa situação de ordem crescente e que está fora do controle dos políticos.

Portanto, se tão somente buscarmos a solução para todos estes males no teto de gastos, estaremos completando uma meia-solução.

Isto se dá porque com os gastos congelados, a tendência é que ao contar dos próximos anos outras despesas do Governo sejam comprimidas em virtude da manutenção deste modelo dispendioso da Previdência, o que fatalmente



implicará na redução de recursos disponíveis para a infraestrutura, para a segurança e demais áreas de responsabilidade do Estado.

Ou num impactante e odioso novo aumento de impostos para cobrir o tremendo déficit que a Previdência vem somando ano a ano.

Ainda assim, o Governo encontra limite até mesmo para os cortes.

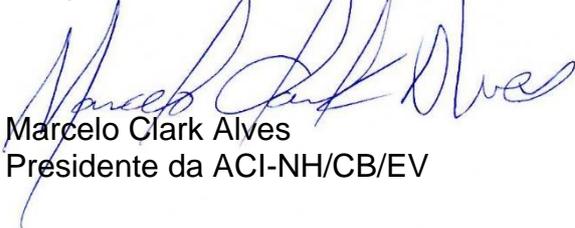
Tomemos o exemplo das despesas obrigatórias na educação, por exemplo. Em vista do avanço destas despesas com a Previdência o Governo tem a opção de diminuir, mas somente até o limite mínimo exigido pela Constituição, ampliando assim a forçosa redução com os demais investimentos públicos que não são obrigatórios.

A PEC 241 dispõe também que aqueles que desrespeitarem o teto ficarão impossibilitados de conceder aumento salarial e criar novas despesas no ano seguinte, o que inclui todos os Três Poderes, sem espaço para que algum Poder sintá-se à vontade para ser “mais Poder que os outros”, o que vem gerando uma grita corporativista previsível, ainda que pouco patriótica.

Portanto, o problema é mais complexo e demanda mais ações legislativas do que mostra uma análise superficial do problema das despesas governamentais.

Sendo assim, a mudança no sistema previdenciário nacional é urgente e precisa ser enfrentada para logo, e por todos os brasileiros.

Porque acreditamos num Brasil de futuro para todos!



Marcelo Clark Alves
Presidente da ACI-NH/CB/EV